



# Ocupe Estelita: Fé, palavras e ações na política urbana da cidade do Recife

Ocupe Estelita: Faith, words and actions at urban policy in the city of Recife

*David Tavares Barbosa, Doutorando em Geografia – UFRJ,  
davidtgeo@gmail.com.*

## Resumo

O presente artigo objetiva analisar os referentes ideológicos e representações espaciais presentes no processo contemporâneo de transformação da cidade do Recife, com a possível implantação do empreendimento imobiliário Novo Recife. Destacaremos na análise as intervenções materiais, estratégias simbólicas e ideológicas presentes nos discursos e representações que buscam contestar as ações de “reestruturação urbana” que vem ocorrendo na cidade, desenvolvidas pelo grupo de cidadãos nomeado de Ocupe Estelita. Nesse artigo, buscaremos destacar três questões que consideramos ser centrais ao movimento: a fé (na mudança, na possibilidade de um Recife mais justo), a mobilização de palavras (como estratégia de denúncia) e o desenvolvimento de ações, de atos de resistência. Objetivamos contribuir ao debate sobre o planejamento do Recife, compreendemos que um dos principais papéis desenvolvidos pelos discursos e ações de grupos como o Ocupe Estelita, corresponde ao papel educativo que apresentam de publicitar o debate sobre o planejamento urbano em diversas redes, bem como estender os debates e ações de contestação sobre o perfil de intervenção urbana hegemônica da cidade para novas formas de ocupar o espaço público com arte e política.

**Palavras Chave:** Recife; Projeto Novo Recife; Ocupe Estelita; Insurgências

## Abstract

This article aims to analyze the ideological references and spatial representations present in the contemporary process of transformation of the Recife city, with the possible implementation of the Novo Recife enterprise. We will highlight in the analysis the material interventions, symbolic and ideological strategies present in the speeches and representations that seek to challenge the actions of "urban restructuring" that has been taking place in the city, developed by the group of citizens named Ocupe Estelita. In this article, we will highlight three issues that we consider to be central to the movement: the faith (in change, in the possibility of a fairer Recife), the mobilization of words (as a denunciation strategy) and the development of actions, acts of resistance. We aim to contribute to the debate on the planning of Recife, we understand that one of the main roles developed by the speeches and actions of groups such as Ocupe Estelita corresponds to the educational role they present in publicizing the debate on urban planning in several networks, as well as extending debates and contestation actions on the hegemonic urban intervention profile of the city for new ways of occupying the public space with art and politics.

**Keywords:** Recife; No Recife Enterprise; Ocupe Estelita; Insurgency

## INTRODUÇÃO

Recife, 24 de fevereiro de 2013. No auge das polêmicas referentes à aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Recife do intitulado Projeto Novo Recife, o consórcio responsável pela proposição deste complexo lança nos três grandes jornais de Pernambuco um informe publicitário intitulado “Presente e Futuro no Cais José Estelita”. Utilizando de estratégias de marketing variadas, destaca-se a forma como as imagens, quer dizer, as representações paisagísticas e territoriais, são utilizadas no projeto político de convencimento da importância de implantação do empreendimento<sup>1</sup>. Para explicitar a morfologia do presente, apelam-se para fotos, mapas e maquetes eletrônicas que mostram um ‘abandono’ dos espaços do centro do Recife, que num olhar seletivo, aplica um *zoom* de aproximação dos espaços para mostrar ruas desertas, equipamentos culturais abandonados e a sujeira dos espaços. Ao contrário, em nenhum momento estas representações publicitam os bairros populares localizados no centro expandido do Recife, tais como Coque e Coelhos, próximas ao espaço de interesse do Novo Recife, mas que desaparecem nas representações destes espaços. Caracterizam-se assim enquanto uma violência geográfica com olhar seletivo para as paisagens do centro da cidade do Recife, face visível de um importante território histórico da cidade, deslocando equipamentos, ocultando espaços e conduzindo o olhar a uma apreciação classista destas imagens (Barbosa, 2014).

O empreendimento Novo Recife corresponde a uma proposta de intervenção privada, com grande apoio da Prefeitura Municipal do Recife e do Governo do Estado de Pernambuco, em um terreno de 10,1 hectares, localizado no Cais José Estelita, na margem esquerda da baía do Pina, localizado entre o centro histórico da cidade e a zona sul dinâmica. Neste espaço, atualmente existe um conjunto de equipamentos e instalações portuárias e ferroviárias, tais como galpões, armazéns e residências de antigos trabalhadores da extinta Rede Ferroviária Federal, onde um grupo de construtoras, formado pela Queiroz Galvão, Moura Dubeux, ARA Empreendimentos e GL Empreendimentos propõe transformar o espaço a partir da construção de um conjunto de grandes edifícios residenciais, empresariais e hotéis, além de um conjunto de obras viárias.

Apesar de ser apresentado como uma proposta de intervenção privada ao Cais José Estelita, interpretamos o Novo Recife enquanto um projeto desenvolvido numa parceria entre o setor público e a esfera privada, visto que numa série de documentos e apresentações sobre o empreendimento o projeto é apresentado como produzido em parceria com a Prefeitura da Cidade do Recife e com o Governo do Estado, num trabalho coletivo de construção de um “novo bairro” para a cidade. Segundo o relatório de empreendimento de impacto do Novo Recife, o projeto caracteriza-se por ser uma intervenção de uso múltiplo, numa área total construída de 355.000,00 m<sup>2</sup>, desenvolvido por três escritórios de arquitetura do Recife. O lote do projeto foi dividido em 05 quadras, sendo que nas quadras das duas extremidades caracterizam-se os usos de comércio, serviços, hotelaria, flats e Empresariais compostos de 04 torres, enquanto que nas quadras centrais, predominam 08 torres de uso habitacional (Novo Recife, 2011).

As torres propostas variam entre 21 e 41 pavimentos, estando acompanhadas de cinco torres-garagens anexas às cinco quadras, além da implantação de um píer, da construção de uma

---

<sup>1</sup> Artigo desenvolvido a partir de algumas questões apresentadas na dissertação de mestrado intitulada “Novos Recifes, Velhos Negócios. Política da paisagem no processo contemporâneo de transformações da Baía do Pina – Recife/PE: Uma análise do Projeto Novo Recife”, desenvolvida sob orientação dos professores Caio Augusto Amorim Maciel e Jan Bitoun, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco em 2014.

plataforma de acesso ao píer sobre a Avenida José Estelita e restauração de alguns armazéns próximos ao Forte das Cinco Pontas. Ressalte-se que, estando próximo ao Bairro de São José, todo o entorno foi ocupado historicamente – e assim permanece na maior parte – por edificações horizontais ou de baixo gabarito. O terreno em questão, localizado no Cais José Estelita, foi leiloadado em 2008, onde quatro empresas acima citadas adquiriram a propriedade do terreno ao desembolsar um montante equivalente a R\$ 55,4 milhões, cujo lance mínimo previsto em edital era de R\$ 55,278 milhões. Todo o terreno leiloadado era propriedade da RFFSA, rede ferroviária fundada em 1957, tendo permanecido enquanto empresa pública por 40 anos, quando em 2007 foi vendida para sete concessionárias diferentes.

Entretanto, no mesmo Recife que produz tais imagens e intervenções de um “Novo Recife” vertical, de olhar seletivo e desígnios empresariais, também observamos uma ampliação no uso das imagens, do meio audiovisual passa a contestação, e de ações de ocupação de espaços públicos que contribuem para a promoção de discussões ampliadas sobre o acirramento da questão urbana do Recife. Observamos, desde pelo menos o ano de 2011, a produção de filmes para festivais, de materiais audiovisuais para portais de internet, de vídeos e fotos de “cidadãos comuns” a partir de celulares e câmeras digitais que, conforme destacamos em outros momentos, tem apontado duas questões: a ampliação do papel político da imagem e a consideração de que as transformações urbanas apontadas como solução para o “caos recifense” não são aceitas em total pela sociedade recifense (Barbosa, 2014; Barbosa e Queiroz, 2013).

Em diálogo com tais imagens insurgentes, observa-se a multiplicação na cidade do Recife da produção de discursos e ações de contestação da ordem instituída, quer seja a partir de mobilizações iniciadas em redes sociais da internet, quer a partir da produção/divulgação de materiais audiovisuais de diversas fontes e ações diretas no espaço público (passeatas, ocupações, intervenções artísticas, dentre outros). Essa multiplicação de grupos de contestação à ordem hegemônica tem ocorrido em diversas partes do mundo. São grupos que, de variadas formas, demonstram o inconformismo de indivíduos de diferentes classes sociais diante da realidade urbana, social, econômica e democrática contemporâneas (Souza, 2013; Castells, 2013).

Para Souza (2013), estes movimentos estão se ampliando a partir de diversas formas de insurgência e resistência (ocupações, passeatas, produção de iconografias, tais como músicas e vídeos), fortalecendo assim formas múltiplas de contradiscursos urbanos. No meio da ampliação de uma “sanha revitalizadora” das áreas centrais urbanas, se mobilizam diante de uma “práxis que se opõe às intervenções promovidas pelo Estado e pelo capital privado”, a partir de territorializações, ressignificações de espaços e práticas discursivas insurgentes (Souza, 2013, p. 142). No Recife, alguns grupos e movimentos tem ampliado sua organização para produzir discursos e planejar ações de contestação à ordem hegemônica. São grupos que caracterizamos como contra-hegemônicos, embora não se possa toma-los como homogêneos: grupos como o Direitos Urbanos<sup>2</sup> (grupo de diálogo formado na internet com objetivo de dialogar sobre o modelo contemporâneo de ocupação e transformação da cidade do Recife), o Ocupe Estelita e uma série de coletivos de audiovisual, tais como Vurto<sup>3</sup>, Contravento<sup>4</sup> e [projetotorresgemeas]<sup>5</sup>.

Neste artigo, gostaríamos de desenvolver algumas reflexões especificamente sobre o “Ocupe Estelita” que, desde 2012, tem desenvolvido diferentes atividades de debates e ocupações do espaço público da cidade com o objetivo de contestar algumas ações urbanísticas, bem como

<sup>2</sup> Para maiores informações <https://www.facebook.com/DireitosUrbanos?fref=ts>; <http://direitosurbanos.wordpress.com/>.

<sup>3</sup> Página oficial na internet: <http://vurto.com.br/>.

<sup>4</sup> Página oficial na internet: <http://vimeo.com/user11414332>.

<sup>5</sup> Página oficial na internet: <http://projetotorresgemeas.wordpress.com>.

propor um modelo diferente de planejamento urbano ao Recife. Este grupo vem demonstrando uma mobilização política coesa, participando de ações e debates contestatórios no mundo *online* (forte movimentação na rede contra o Novo Recife e a subserviência da Prefeitura Municipal em vídeos, fóruns de debate, publicações e abaixo-assinados) e *offline* (presença maciça nas audiências públicas, nos debates, ocupes, em batalhas jurídicas para impedir o Novo Recife e participação em festivais de cinema).

Sem querer desmerecer a pluralidade temática presente nas discussões, ações e materiais produzidos por esses atores, nosso artigo buscará destacar três questões que consideramos centrais ao movimento, tematizadas a partir de uma faixa inserida na entrada da ocupação do Cais José Estelita durante o ano de 2014: Ocupe Estelita como uma articulação entre fé, palavras e ações. Nesse artigo, compreendemos que um dos principais papéis desenvolvidos pelos discursos e ações de grupos como o Ocupe Estelita, corresponde ao papel educativo que apresentam de publicitar o debate sobre o planejamento urbano em diversas redes, bem como estender os debates e ações de contestação sobre o perfil de intervenção urbana hegemônica da cidade para novas formas de ocupar o espaço público com arte e política.

### **FÉ: OUTROS NOVOS RECIFES SÃO POSSÍVEIS**

O Ocupe Estelita se caracteriza enquanto uma ocupação festiva e cultural, mas também política e de debate, do Cais José Estelita. Tal estratégia de ocupação do espaço público foi influenciada por ocupações que sacudiram o mundo a partir de 2011, apresentando como maiores expoentes o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, o 15-M na Espanha e a Primavera Árabe, fortemente difundida em países como Egito e Tunísia. A partir de ações descentralizadas de ocupação do espaço público, debatidas e construídas de forma coletiva e colaborativa, o Ocupe Estelita promoveu diversas ocupações do espaço público a partir de atividades de caráter lúdico (como a instalação de praias nos calçadões do Cais Estelita), artísticas (grafites, apresentações musicais, oficinas de fotografia) e políticas (debates sobre opções de planejamento da e para a cidade).

Para alguns de seus integrantes, o Ocupe Estelita, para além de ser uma ligação com padrões revolucionários globais, se apresenta enquanto uma atitude de continuação da “posição de vanguarda” assumida pela cidade na luta pelo direito à cidade, visto os movimentos sociais com papéis histórico e grandes conquistas urbanas. De toda forma, o Ocupe Estelita se caracteriza como um movimento cosmopolita de caráter global na luta pelo direito à cidade, preocupado em transformar inconformismos em ação, partindo da concepção que a própria ideia de cidade está vinculada à convivência, ao trânsito de ideias, culturas e pessoas diferentes e divergentes<sup>6</sup>.

Conforme destacamos em momento anterior (Barbosa, 2014), o Ocupe Estelita apresenta como objetivo reivindicar o direito à cidade, partindo da ação primeira de se permitirem, enquanto cidadãos, de ter e utilizar os espaços públicos da cidade para reforçar os princípios citadinos: convívio, harmonia, ocupações e manifestações. E fazem essa ocupação pública lutando contra um modelo de cidade que se ergue ao fundo, como sombras, com espaços cada vez mais padronizados por uma espécie de “progresso” e “desenvolvimento” cada vez mais homogeneizantes.

Neste sentido, o desejo anunciado de construção do empreendimento Novo Recife possibilitou que grupos, aparentemente desconexos, tenham se permitido incrementar rodas de diálogo,

---

<sup>6</sup> ANDRADE, Érico. O projeto Novo Recife: a urbanização da província. Blog Direitos Urbanos. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com/2012/12/19/o-projeto-novo-recife-a-urbanizacao-da-provincia/>>. Publicado em: 19 de dez. de 2012. Acesso em: 19 dez. 2012.

exercitar o poder da dúvida, sonhar e dispor energias para construir ações para transformar a realidade contemporânea da cidade. Assim, interpretamos o Novo Recife como um “mal necessário” ao Recife que reforçou a necessidade da sociedade civil se reaproximar do processo de planejamento urbano, bem como assumir uma atitude proativa de ocupar os espaços públicos, valorizar as paisagens da cidade e se contrapor aos discursos hegemônicos, utilizando do debate do Novo Recife não para discutir projetos, mas para pensar a cidade e o direito à cidade. Possibilitou a criação de “pontes imaginárias” entre grupos com interesses próximos, fortalecendo discursos contestatórios e tornando o confronto contra a hegemonia mais coeso (Barbosa, 2014).

A partir da consciência da crise do planejamento urbano recifense se organiza essa rede de atores sociais para pautar ações e debates públicos sobre o urbanismo contemporâneo da cidade. Os grupos e seus respectivos produtos e discursos contribuem para trazer a tona questões silenciadas na esfera pública e política, desenvolvendo ações (ocupações, festivais e mostras de cinema) para estimular novas adesões ao debate, buscando reafirmar com a sociedade recifense que determinadas ações de intervenção na/da cidade precisam ser construídas, pensadas e vividas coletivamente<sup>7</sup>. Além disso, são ações que possibilitaram um compartilhamento de experiências e uma reaproximação entre arte e ciência, mostrando que a reação aos projetos hegemônicos exige uma complexidade de frentes de atuação, uma interligação entre os saberes que fortaleça a percepção da cidade. Tal como explicou Marcelo Pedroso, cineasta pernambucano e atuante nos debates, ações e produtos do Ocupe Estelita:

Eu acho que tem uma coisa assim da exterioridade. A academia que se coloca como exterior, porque o saber requer uma posição de exterioridade em relação ao objeto. E aí eu acho que tem uma noção de que é preciso reestabelecer a continuidade, saca? O filme, a academia, a cidade tá tudo numa cartografia de conexões e não nessa exterioridade que supõe o lugar do saber. Aí fudeu, velho. Aí fudeu. Porque aí se a gente for refletir sobre a cidade ou sobre os filmes enquanto objeto, se a gente não tiver uma apropriação que tem um comum entre a gente e eles, se a gente não se sentir implicado por aquilo, parte daquilo, a gente vai tá sempre, realmente, criando cada vez mais essa separação, essa clivagem dos espaços, do que é dado para um lado e o que é dado para o outro, e eu acho que é mais uma tentativa disso assim, de não operar a partir de rupturas mas sim de um *continuum* entre esses, o que é dado a perceber e a sentir a partir do filme, a partir da vivência da cidade, saca? Tipo, vamos estudar a cidade, mas porque é que eu tenho que falar na terceira pessoa, a cidade ali e eu aqui e o filme acolá como a mediação entre mim e a cidade... Caralho! Eu sou parte da cidade, a cidade é parte de mim e o filme também. Tá tudo junto assim. Então esse lugar de fala que a academia, historicamente, enquanto ciência constituída, a partir da racionalidade lá, positivista, isso tudo, é foda pô. Isso aí a gente tem de começar a quebrar<sup>8</sup>.

Neste sentido, há que se considerar que as ações, discursos e representações expostas por esses grupos devem ser compreendidas enquanto um meio através do qual os sujeitos que vivenciam a cidade do Recife enunciam suas visões de mundo, afinal. São representações que se configuram como pontos de vista interligados aos referentes ideológicos que procuram estabelecer um diálogo com aqueles que as veem, afinal “o que se vive não se diz sem que se constitua um ponto de vista” (Bosi, 1992, p. 382). Correspondem assim a uma atividade retórica contundente onde se confrontam argumentos e se produzem disputas políticas (Maciel, 2009).

<sup>7</sup> Reflexão presente no filme *Velho Recife Novo* (Recife, 2012, 16'). Direção: Luís Henrique Leal, Caio Zatti, Cristiano Borba e Lívia Nóbrega.

<sup>8</sup> Declaração no Cineclubes LECgeo, ocorrido na UFPE, em 28 de janeiro de 2014. Na atividade ocorreu um debate sobre os filmes *Em Trânsito* (Marcelo Pedroso, 2013, 17'), e *Praça Walt Disney* (Sérgio Oliveira e Renata Pinheiro, 2011, 21').

Segundo os fundadores do Vurto, projeto de Felipe Peres Calheiros e Marcelo Pedroso, o coletivo audiovisual com atuações em conjunto ao Ocupe Estelita apresenta a finalidade de lançar na internet alguns pequenos vídeos cujo objetivo corresponderia não a “pregar para os convertidos”, mas “causar incômodo, reflexão e, por fim, conscientização, em espectadores ainda sem posição definida dentro das questões propostas”, atingindo assim, efeitos políticos claros (Lacerda, 2012). Em outra entrevista, o Felipe Peres Calheiros, ao ser questionado sobre o papel do “cinema político e social” pernambucano, caracterizado por produções cada vez menos ficcionais, que buscam em elementos do cotidiano suas narrativas sobre os problemas da sociedade contemporânea, ele admite que os filmes do Vurto correspondem a “filmes que falam do que nos inquieta no mundo que nos cerca”.

A produção de vídeos que se difundiram na internet, nos festivais de cinema da cidade, em eventos científicos e culturais, corresponde a um dos principais argumentos que justificaram a ocupação do Cais José Estelita, evento que possibilitou criar novas imagens a partir da ação contestatória dos movimentos críticos dos megaprojetos em questão. Ao “radicalizarem” a ação, mostrando-se “ao vivo” nos espaços em disputa do centro do Recife, possibilitando que a luta pelo Cais José Estelita deixe de ser uma disputa ideológica, pois os problemas e as mobilizações contrárias aparecem de forma real.

### **PALAVRAS: DESVELANDO ESCALAS, INTENÇÕES, NOMES E SOBRENOMES**

Antes de continuar o debate, faz-se necessário esclarecer de maneira breve um conceito básico das ciências sociais: Estado. Para caracterizar Estado (sem considera-lo sinônimo de governo) adotaremos aqui a concepção de que este corresponde a uma “relação de poder entre as diversas forças políticas da sociedade” que envolve aspectos ideológicos e visões de mundo<sup>9</sup>. Para Lapa (2011, p. 27-28), é dever do Estado salvaguardar os interesses coletivos, bloqueando que interesses de minorias privilegiadas submetam a sociedade a suas aspirações e desejos. Do contrário, quando o Estado não garante este interesse coletivo, cabe ao povo assumir uma atitude proativa para contestar e garantir seus interesses coletivos.

Para alguns críticos, o Estado de interesse democrático tem-se tornado algo cada vez mais ausente nas ações das gestões públicas locais, tanto na esfera estadual quanto municipal. Nos últimos anos, várias ações e projetos desenvolvidos pelo poder público têm levantado críticas a esse mesmo poder, acusado de privilegiar o interesse de alguns grupos hegemônicos na adoção das práticas urbanísticas de transformação dos espaços. Na observação da questão urbana recifense, verifica-se que alguns grupos e coletivos têm pontuado a luta pelo direito à cidade, assumindo a atitude proativa que contesta e visa garantir um Estado para todos.

Os grupos articulados ao Ocupe Estelita se revelam como frutos do momento político contemporâneo, caracterizado enquanto um “urbanismo de oportunidades”, que apontou para a necessidade de debates profundos, posicionamentos claros e ações contestatórias, promovido através da articulação de pessoas interessadas em política e preocupadas com os problemas da cidade do Recife, tanto no mundo virtual quanto no mundo real<sup>10</sup>. Nesse sentido, suas representações paisagísticas e territoriais, bem como as intervenções em locais públicos,

<sup>9</sup> Concepção retirada do texto “Governo e Estado: um esclarecimento” de Richard Domingues Dulley, publicado no site do Instituto de Economia Agrícola, em 13/02/2004. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/lertexto.php?codTexto=123>>. Acesso em: 21 maio de 2012.

<sup>10</sup> CISNEIROS, Leonardo. O ciberativismo do Direitos Urbanos|Recife. Disponível em: <[www.advivo.com.br/blog/antonio-nelson/o-ciberativismo-do-direitos-urbanos-i-recife](http://www.advivo.com.br/blog/antonio-nelson/o-ciberativismo-do-direitos-urbanos-i-recife)>. Acesso em 18 jul. 2013.

correspondem a ações que contestam a necessidade de debater e construir a cidade a partir da garantia de tais interesses coletivos.

Duas questões iniciais sobre o Novo Recife são desveladas por esses grupos: primeiro, esclarecer à sociedade que o empreendimento Novo Recife não corresponde a um fato dado, concreto e do qual nada mais se pode fazer. Do contrário, demonstram que o projeto trata-se de uma retórica, ainda irregular na seara jurídica e em questões urbanas. Segundo, divulgam que o processo de transformação do centro, baseado num processo de excessiva verticalidade, se apresenta de forma sobrevalorizada, baseando-se na constituição de enclaves urbanos e interligado aos anseios do capital global de promoção de “paisagens repetidas” e de produção de “cenários de sociabilidades fictícias”. Reconhecem assim que o Cais José Estelita se caracteriza enquanto um espaço que precisa ter um “novo destino”, mas não necessariamente o Novo Recife (Barbosa, 2014).

Tais questões acima destacadas aproximam-se das questões explicitadas mais recentemente por Castriota e Braga (2016), em artigo sobre alguns movimentos de resistência cultural no Brasil, dentre os quais, o Ocupe Estelita. Para esses autores, iniciativas como as observadas em Recife, onde setores da sociedade partem para a “ação direta” a partir da ocupação e reutilização de espaços públicos com valores patrimoniais, podem ser nomeados como experiências insurgente do patrimônio. Segundo a abordagem desses autores, tais ações, numa crítica à representatividade do poder constituído ou das instâncias formais de participação, ocupa ruas, praças e edifícios abandonados ou não utilizados como estratégia para recolocar em questão o direito à cidade e à memória. Igualmente, para Lopes (2016) essas manifestações insurgentes têm fornecido aportes contrários à espetacularização urbana e especulação imobiliária, em prol de projetos mais participativos.

Ainda sobre essa questão, convém destacar que o Ocupe Estelita, e suas articulações entre paisagens urbanas e memórias, nos revela a necessidade de problematizar a articulação entre processos de reconstrução do passado e processos de disputa territorial na cidade contemporânea. Tal como buscamos demonstrar em artigo recente sobre processos de disputa urbana mediada pela memória, a cidade do Recife tem revelado uma ampliação no debate da memória como forma de contestação e promoção de discussões ampliadas sobre o acirramento da questão urbana local (Barbosa e Silva Filho, 2016). Pensando o Ocupe Estelita como um desses casos, os debates, ações e proposições destes grupos indica-nos novas possibilidades de trabalhar a memória numa concepção ao mesmo tempo social e política, que permita-nos expor a diversidade dos espaços, dos modos de viver e querer viver este espaço (Barbosa e Silva Filho, 2016).

O Novo Recife estimula então um debate sobre a cidade que reforça a reflexão sobre o atual modelo de construção da cidade, pensado como um “fenômeno” ligado ao potencial de desenvolvimento que destrói a qualidade de vida por benesses econômicas. Expõem que o modelo de planejamento atual se caracteriza por ser modelado segundo ideias deturpadas de “progresso” e “desenvolvimento”, visando apenas preparar um Recife “reluzente” para turistas e classes mais altas. Nesse sentido, as críticas ao Projeto Novo Recife assumem um caráter paisagístico, mas também ao modelo de desenvolvimento econômico e padrão de ocupação do solo.

Nos debates e ações organizados pelo Ocupe Estelita, projetos como o Novo Recife são compreendidos enquanto intervenções fundamentadas em estratégias de privatização e retórica do desenvolvimento, apresentando-se enquanto um modelo de cidade que reconfigura o coronelismo e “reedita o provincianismo de subordinar o desenvolvimento à segregação urbana e

o progresso à degradação da dimensão pública do espaço urbano”<sup>11</sup>. Um modelo de planejamento da cidade baseado apenas numa capitalização do futuro, articulado a interesses privados desarticulados, uma passividade (no sentido de submissão) do poder público e falta de planejamento da cidade integrado e de longo prazo<sup>12</sup>.

Neste conjunto de críticas, apresentam o modelo de planejamento que defendem: um planejamento aos espaços da cidade a partir de uma ocupação regida por critérios sociais, ambientais, paisagísticos, históricos, públicos e democráticos, mudando atitudes, ideologias, éticas e aspectos morais do modelo de cidade adotado. Quer dizer, almejam que a cidade assuma uma função de planejamento regida a partir da função social da cidade, determinada segundo a Constituição Federal. Além disso, reconhecem a necessidade de que o planejamento se constitua de forma integrada, sistemática, no longo prazo e descolada de projetos de governo.

Não à toa, em várias publicações, debates e ações esses grupos vem juntando esforços para mostrar que o empreendimento Novo Recife corresponde a um “desperdício de oportunidade”, que só favorecerá as empresas responsáveis pela construção do empreendimento, bem como alguns grupos de alto poder aquisitivo, que poderão pagar para ter acesso a esse novo mundo de oportunidades. Para estes grupos, o Cais José Estelita corresponde a uma dos últimos espaços livres do centro e uma intervenção neste espaço deveria ser pensada segundo opções mais integrativas, fato não observado no Novo Recife, empreendimento pensado a partir de ponto de vista puramente privado que, possivelmente, promoverá a desintegração do bairro de São José e o agravamento de problemas sociais, ambientais e urbanísticos, caso seja implementado. Assim, tais grupos contribuirão para desmistificar a retórica calcada na ideia de progresso, modernização e desenvolvimento imposta pelos discursos hegemônicos, acusando que a concepção de progresso da retórica do Projeto Novo Recife corresponde a uma abordagem superficial e pouco cosmopolita de “progresso”.

Esses grupos desenvolvem diversas estratégias para divulgar os nomes, sobrenomes e objetivos políticos dos atores envolvidos nesse processo contemporâneo de transformação da cidade. Através de pichações e faixas no Ocupe Estelita, de vídeos dos coletivos de audiovisual que utilizam de humor e expõem os discursos desses atores, segundo palavras de ordem espalhadas na internet e bradadas no ocupes. Sem medo de confrontar grupos poderosos, apontam exatamente quem são os atores que estão lutando. Desenvolvem então a crítica de que grupos hegemônicos com nome e sobrenome pensam a cidade do Recife como lugar para gerar lucros, desrespeitando a legalidade do “Estado de Direito”, propondo empreendimentos desmensurados à escala humana e urbana. Importa assim reconhecer que os problemas advindos à cidade pela junção entre o poder econômico e o político do Estado.

O filme [projetotorresgêmeas]<sup>13</sup>, por exemplo, utiliza do humor para apontar que determinados grupos e famílias de empresários estão transformando o Recife em um grande comércio de imóveis. Em uma sequência do filme é apresentado um diálogo, em cima de uma laje com vista

---

<sup>11</sup> ANDRADE, Érico. O projeto Novo Recife: a urbanização da província. Blog Direitos Urbanos. Disponível em: < <http://direitosurbanos.wordpress.com/2012/12/19/o-projeto-novo-recife-a-urbanizacao-da-provincia/>>. Publicado em: 19 de dez. de 2012. Acesso em: 19 dez. 2012.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> O filme é o resultado da organização de um coletivo que realizou um filme com esse nome, disponibilizado na plataforma da internet, a partir da junção de vários olhares sobre a cidade, cujo ponto de partida temático foi as chamadas Torres Gêmeas, arranha-céus residenciais construídos no bairro de São José, centro do Recife. Anterior à mobilização do Ocupe Estelita, mas com conexões e pessoas atuantes em comum, o filme foi lançado em 2011, envolvendo, de forma direta e indireta, cerca de 50 pessoas. Para participar do filme, qualquer pessoa, do Recife ou não, podia enviar vídeos, fotografias, áudios, ilustrações, bem como outros materiais audiovisuais. Pode ser acessado em: <https://vimeo.com/31387595>.

para a cidade, estabelecido entre três jovens, nomeados de “Queirozinho”, “Dubeux” e “Joca”, em clara alusão a três grandes empresas do ramo da construção civil e empresarial do Recife. Em seguida ao diálogo, uma pessoa com voz distorcida disferu um discurso apontando quais são estes atores que estão transformando a cidade do Recife ao bel-prazer de seus interesses mercantis.

Joca: Oh aí Queirozinho, ainda tem muita área pra gente construir.  
Queirozinho: É. Mas tem que ver isso aí véi! Toda vez tu fica com a melhor parte. Tem quer ver aí essa história de reforma imobiliária.  
Joca: Chega aí Dubeux!  
Dubeux: E aí Joca?! E aí Queirozinho?! Tão fazendo o que?  
Queirozinho: Toma um gole aí.  
Dubeux: Que vinho ruim da porra! Isso é carreteiro é?  
Joca: Que carreteiro o que meu irmão. Isso é piriquita porra.  
Queirozinho e Dubeux: É vinho importado!! [risos]  
João Carlos Paes Mendonça. O clã Moura Dubeux. Queiroz Galvão. João Santos. Jairo Rocha. Gabriel Bacelar. Paulo Miranda. Esses caras conseguiram transformar a vida das pessoas dessa cidade numa grande feira.

Esses mesmos atores hegemônicos foram identificados no Ocupe Estelita, através de faixas e pichações com diversas mensagens e acusações. Além dos empresários, as mensagens também se dirigiam aos gestores públicos envolvidos direta e indiretamente com a aprovação dos projetos, ao prefeito, a personalidades da mídia, bem como aos modelos de cidade que os projetos pareciam se articular. Ao lançar os nomes dos atores envolvidos com a aprovação desses projetos esses grupos não se preocupam em proferir ofensas pessoais aos mencionados, mas vincular a apreciação dos projetos do debate sobre a moralidade administrativa.

Ao explicitar os nomes que tocam esses empreendimentos de impacto, os coletivos expõem que o debate se relaciona com a condução atribuída à governança urbana contemporânea, que vem sendo dirigida por um pequeno grupo de empresários através de uma governança corporativa. Essas empresas, agora nomeadas, vêm transformando o Recife através de uma atuação de parcerias público-privadas ou a partir da mediação de benesses (guerras fiscais). Atribuir nomes e sobrenomes aos grupos hegemônicos assume a função de desmistificar desígnios, mostrar relações íntimas de grupos com espaços do poder público, mostrando que poder político e poder econômico cada vez mais se confundem no processo de construção/transformação da cidade contemporânea.

Entretanto, além de afirmarem quais são os empreendedores privados que desenham essa cidade segundo seus desígnios empresariais, os discursos e representações desses grupos também reforçam a existência de uma íntima relação entre os poderes econômicos com as estruturas democráticas do poder público, possibilitadas por “falha institucional” (leis ultrapassadas, audiências públicas teatrais) e pela “utilização cega” dos parâmetros legislativos por parte do corpo técnico municipal. A partir da consideração dessas relações fortalecidas entre o poder econômico e o poder público, o Direitos Urbanos surgiu como um grupo formado como oposição aqueles que não lhes representam<sup>14</sup>, articulando pessoas a partir do desejo comum de participação mais ativa nas decisões políticas do Recife, defendendo a democracia, mas também seus princípios, valores e instituições. Assim, a ideia corresponde apontar quais as relações que se estabelecem entre os grupos hegemônicos, quais as pessoas que comandam o debate e se

---

<sup>14</sup> CISNEIROS, Leonardo. Entrevista sobre o DU e a Lei de Acesso à Informação. Blog Direitos Urbanos. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com/2013/05/30/entrevista-sobre-o-du-e-a-lei-de-acesso-a-informacao/>>. Publicado em: 30 de maio de 2013. Acesso em: 12 abr. 2013.

beneficiam das ações, bem como questionar a moral dos administradores públicos ao se vincular com interesses empresariais.

## **AÇÕES: A CIDADE É NOSSA. OCUPE-A!**

Ocupar! Resistir! Palavras de ordens reclamadas em vozes altas em diversos debates e ações insurgentes observados na política urbana recifense contemporânea. Tais palavras e anseios políticos alcançaram rápida expansão através das redes sociais e das ações de ocupação e debate no espaço público. Além do mencionado Ocupe Estelita, também ocorreram o Ocupe Prefeitura, participação em audiências públicas, diálogo com entidades públicas, como Ministério Público, atuação no campo jurídico, no Conselho da Cidade do Recife e participação em festivais de Cinema e eventos acadêmicos. Estas ocupações e ações mais concretas transformaram os debates desenvolvidos nas redes sociais em ação política, criando novas imagens aos espaços em disputa bem como dando rostos e identidades aos atores do grupo para além da identificação dos avatares das redes sociais.

Igualmente, há que se destacar que as ações desenvolvidas de ocupação do espaço público apresentaram importantes resultados ao amadurecimento do próprio grupo: primeiro, a importância pedagógica de dar um rosto ao movimento, que saído do sofá e dos protestos no Facebook, mostrou à cidade que estavam ali presentes pessoas interessadas em debates e ações de contestação do poder hegemônico, bem como de retomada do protagonismo social na condução do planejamento urbano do Recife. Segundo, os debates, as intervenções artísticas, as reflexões desenvolvidas pelo próprio grupo estimularam que estes pudessem compreender, viver e experienciar a cidade a partir de novas práticas e sensibilidades.

Se antes dos Ocupes os debates promovidos nas redes sociais da internet eram extremamente teóricos, pragmáticos e com um olhar científico de *outsider*, ao longo das intervenções de ocupação da cidade concreta tais ações promoveram um choque crítico em alguns de seus participantes, originando uma transformação do pensamento através das reflexões empíricas do processo de ocupação<sup>15</sup>. Além da ação de ocupar questionar a legalidade do Novo Recife, essas intervenções também questionam os discursos que afirmam que este empreendimento corresponde a apenas “um lote de projeto” sem ligações e interferências em outras áreas da cidade.

Assim, uma ocupação festiva do espaço público, tal como o modelo do Ocupe Estelita, revela o potencial de criação de novos valores ao espaço do Cais José Estelita, assim como tais festas promoveram um aprendizado dos atores que participaram destas ocupações festivas da cidade. Tal como explicita Gomes (2011, p. 61), além desta (re)criação de valores e de significados veiculados pelas ocupações festivas e suas imagens, algumas festas também podem ser compreendidos como reações à ordem e organização hegemônicas dos espaços, visto que sinalizam a possibilidade de outra vivência dos espaços públicos. O Ocupe Estelita, por exemplo, demonstra a necessidade de se considerar a existência de outras opções de recuperação do Cais José Estelita, afirmando a importância de valorizar projetos que privilegiem o interesse e o uso público do espaço.

---

<sup>15</sup> JAMPA, João Paulo. O Direitos Urbanos e a política partidária: para muito além da lógica dos partidos, mas não sem eles. Disponível em: Blog Direitos Urbanos. Disponível em: < <http://direitosurbanos.wordpress.com/2013/04/03/o-direitos-urbanos-e-a-politica-partidaria-para-muito-alem-da-logica-dos-partidos-mas-nao-sem-eles/>>. Publicado em: 03 de abr. 2013. Acesso em: 09 abr. 2013.

São ocupações que se caracterizam como uma grande festa ao espaço público onde, além de se divertir, encontrar amigos e apreciar a paisagem do estuário do Recife, as pessoas discutem e fazem política, mobilizam pares e articulam estratégias de embate à ordem hegemônica vigente. São ações de ocupação que se revelam como táticas de enfrentamento à imposição do modelo hegemônico de cidade, a partir da reunião de atores interessados em pensar/agir nesse enfrentamento, mas também a partir de uma ressignificação do espaço público recifense a partir da ocupação destes por diferentes grupos. Tal como afirma Gomes (2011), as festas desenvolvidas nos espaços públicos de nossas cidades apresentam relação entre as comemorações e os valores e sentidos dos espaços onde se desenvolvem, permitindo que estas espacialidades públicas possam ser cenários de práticas menos racionais, onde predomina a emoção. Práticas emotivas que não eliminam o caráter político e cultural dos Ocupes desenvolvidos pelo Direitos Urbanos que destacamos acima.

Quando instalados para a ocupação do espaço, esses grupos passaram a atribuir uma nova relação entre corpos pouco acostumados a aquele espaço e as paisagens em disputa. Mostraram-se presentes através de diversas atividades: atividades esportivas (bicicletas, skates, futebol); dança, yoga e atividades de circo no meio da Avenida José Estelita; brincadeiras infantis; música ao vivo; pinturas, grafites e colagens nas paredes dos antigos armazéns de açúcar; confecção de cartazes, faixas e pinturas para camisetas; rodas de diálogo; exposição de fotografias, maquetes, filmes e outras iconografias; produção de um jardim com plantas nativas; além de reunião entre amigos para conversas diversas. As atividades oferecidas a contemplação e envolvimento dos presentes eram múltiplas, indo da simples observação dos fatos até o envolvimento direto na organização das ações. Entretanto a mensagem era uma única: A cidade é nossa. Ocupe-a! Ocupe-a se divertindo, contemplando a paisagem, mas exigindo a garantia de que o interesse e o bem-estar públicos sejam garantidos na escolha de projetos de transformação dos espaços do centro da cidade do Recife (Barbosa, 2014). São assim práticas de ocupação do espaço que não eliminam o caráter político e cultural de apropriação espacial (Gomes, 2011).

Alguns críticos dessas ocupações festivas do espaço público afirmam que essas ações se caracterizam como uma ocupação sem propósitos, uma festa pela festa compreendida mais como uma visita de curiosidade dessa gente diferenciada aos espaços celebrados<sup>16</sup>. Entretanto, pensamos que, além de uma festa pela festa, o Ocupe Estelita se caracteriza enquanto um “comportamento social vivido” (Gomes, 2011, p. 162) que apresenta um potencial de revelar outras opções de planejamento urbano que rompem com as ideias de funcionalidade e rentabilidade, outorgando novas qualidades, formas, maneiras e elementos de ver, conviver e transformar os espaços em disputa, adotando o interesse público como base de intervenção. Tal como sugere Gomes (2011, p. 162), festas no espaço público, tal como o Ocupe Estelita, revelam duas questões centrais em suas dinâmicas: i) uma “emoção compartilhada” que pode se transformar em identidade coletiva; ii) são festividades onde os participantes são sujeito e objeto do espetáculo.

Provando que o interesse dessas ações era mais política que festiva, o Direitos Urbanos organizou, durante as três tentativas de aprovação do Projeto Novo Recife no CDU, no último mês de mandato do prefeito João da Costa, o Ocupe Prefeitura, realizados nos dias 30/11/2012, 21/12/2012 e 28/12/2012. O Ocupe Prefeitura ocorreu nos dias que o empreendimento foi colocado para debate e votação no CDU sem cumprir importantes requisitos formais<sup>17</sup>. Junto ao

<sup>16</sup> CARNEIRO, Silvio. BaixoCentro: uma festa e nada mais. Zagaia, 26 mar. 2013. Disponível em: <<http://zagaiaemrevista.com.br/baixocentro-uma-festa-e-nada-mais/>>. Acesso em: 09 abr. 2013

<sup>17</sup> Segundo o abaixo-assinado divulgado no período que solicitava a suspensão da reunião do dia 30 de novembro, as irregularidades e ausências do projeto colocado para votação eram as seguintes: i) anuência da FIDEM para parcelamento

abaixo-assinado, o movimento de ocupação pedia o cumprimento das seguintes questões: i) reconhecimento do CDU da ilegítima composição não paritária do conselho, bem como as falhas no processo; ii) suspensão das atividades até a regularização do CDU e condução do processo para instâncias anteriores; iii) reinício da análise do projeto com ampla discussão com a sociedade. Quando o movimento chegou a Prefeitura, entretanto, encontraram uma reunião que ocorria a portas fechadas, sendo recepcionados por guardas da Brigada Ambiental ficando presos nas escadas do 12º andar da Prefeitura.

Contrário a todas as mobilizações desenvolvidas por esses grupos, a Prefeitura do Recife, a partir do Conselho de Desenvolvimento Urbano, aprovou no dia 28 de dezembro de 2012, o Projeto Novo Recife – clara manobra ao apagar das luzes de um ano marcado por crescente contestação. Para alguns movimentos da sociedade civil, essa aprovação foi irregular e até o começo de 2014 o empreendimento não começou sua construção, visto que algumas liminares judiciais deferidas por representantes da sociedade civil conseguiram congelar o empreendimento.

Assim, apesar da indecisão sobre o futuro do Cais José Estelita e do Projeto Novo Recife, acreditamos que as resistências desenvolvidas por tais grupos devem ser analisadas segundo um olhar otimista, pois mesmo que não consigam barrar os atuais projetos, as representações e ações elencadas acenderam uma luz de alerta sobre o futuro da cidade e sobre como ela está sendo pensada desde agora. Além do mais, a mobilização destes grupos provocou a entrada de outros sujeitos sociais no debate sobre o planejamento urbano da cidade, que elencam outros “mundos” e justificações. Religou (pelo menos parcialmente) a solidariedade de classes e chamou atenção para as populações locais, lembrando que as novas territorialidades propostas para transformar as paisagens do centro do Recife revelam formas de ocupação ilegítimas. Fortalecem assim uma economia e política urbanas a partir da produção e confronto de imagens que tentam criar sensações a partir de determinados olhares que refletem práticas sociais históricas e contextuais.

A opção de ocupar o Cais José Estelita e as demais formas de ocupações e atividades nos espaços públicos se apresentam como ações desenvolvidas por atores contra-hegemônicos que criam novas imagens da/na cidade a partir da “radicalização” da ação (Barbosa, 2014). Essas ocupações possibilitam que a luta contra o Novo Recife deixe de ser uma disputa ideológica, porque os problemas e as mobilizações são mostrados de forma real no espaço e segundo uma problematização dos problemas que vai além da escala local. As visualidades e discursos produzidos por esses grupos se apresentam como importantes produtos sociais que criticam as escolhas e os projetos que se escondem nesses Novos Recifes, da mesma forma que propõem outros usos do espaço e tornam públicas questões que são silenciadas pelos discursos hegemônicos. Tal como afirmou Kleber Mendonça Filho, alguns temas sensíveis da dinâmica urbana recifense não chegam aos meios de comunicação tradicionais porque há um esconde-esconde que oculta os debates com teor mais crítico para não prejudicar os anseios dominantes<sup>18</sup>.

Surge aqui a importância das visualidades contra-hegemônicas mencionadas acima. Estas imagens popularizam o debate que é abafado pelos meios tradicionais de acesso à informação, possibilitando que atores sem relações de proximidade aparente consigam, a partir de um vídeo

---

do solo; ii) pareceres favoráveis da FUNDARPE e do IPHAN sobre impactos no patrimônio histórico; iii) definições da ANTT e DNIT sobre possibilidade de construção junto à linha férrea; iv) A Prefeitura não exigiu Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e de Vizinhança (EIV); v) Prefeitura também não garantiu ampla publicidade e participação popular, exigência da legislação federal e municipal para empreendimentos desse porte; vi) Das quatro cadeiras destinadas a associações comunitárias no CDU, três estavam vagas (poder público e entidades associadas às construtoras com maior representação no conselho, violando a paridade estabelecida no Plano Diretor).

<sup>18</sup> Afirmação realizada no debate ocorrido no Cinema São Luiz, durante a IV Janela Internacional de Cinema do Recife, realizada entre 04 e 13 de novembro de 2011, na sessão “O Cinema e o Espaço Urbano do Recife”.

na internet, de um filme na sala de cinema, de folders produzidos para distribuição pública, se juntar em torno da possibilidade de discutir, se manifestar e repensar a cidade.

Durante os Ocupes Estelita desenvolvidos, uma produção visual desses grupos nos atraiu pela sua eficiência na hora de comunicar as resistências e estimular a reflexão das pessoas sobre o Recife: os grafites, pichações e colagens feitas nas paredes dos armazéns do Cais José Estelita. Alguns trabalhos apenas contemplativos. Outros com uma mensagem política direta. Mas ambos, independente dos métodos que escolhiam para passar suas mensagens, contribuíram para tornar pública as insatisfações. Segundo Mondardo e Goettert (2010), a produção de grafites e pichações possibilita a criação de marcas e expressões que afirmam presenças, resistências, sobrevivência simbólica e política de grupos através de discursos grafados. São grafias que expressam ideias, modos de ser e de pensar de seus produtores (expressão política) e que re-apresentam o invisível ao visível.

Pensamos assim, que as grafias deixadas nos Ocupes se utilizam de uma “*retórica-poética*” ou “*retórica-política*”<sup>19</sup> no processo de marcar esses espaços ocupados com a sua visão e sua experiência retirada do cotidiano das cidades, afrontando ordens hegemônicas e chamando atenção aos outros cidadãos da cidade a partir da transgressão<sup>20</sup>. Um dos grafites produzidos no Ocupe Estelita de 28 de abril de 2013 dizia “Ocupar é permanecer num instante...”. Se a permanência foi efêmera, o resultado obtido, talvez, pode ter sido mais amplo: a prática de ocupar o espaço público e, a partir daí, criar novas visualidades aos espaços, possibilitou circular a informação da existência de uma visão crítica ao discurso hegemônico de construção novos Recifes segundo a retórica vazia do progresso. Uma prática que busca, a partir da ação, alcançar o consenso de que todo planejamento urbano que queira ser integrativo deve operar a partir do debate entre os conjuntos de atores que compõem a cidade em sua multiplicidade.

A mensagem passada por tais ocupações foi mais profunda que a “permanência num instante”, visto que demonstrou a possibilidade de facilitar outras (geo)grafias ao Cais José Estelita, de padrões de ocupação diferentes às paisagens e espaços públicos do Recife. Tal como os grafites fixados nas paredes, uma mensagem educativa parece ter ficado gravada em algumas mentes da cidade: outro Recife é possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As críticas observadas nos discursos e ações do Ocupe Estelita demonstram-se importantes pois reforçam a necessidade de, tanto na arte quanto na ciência, buscar formas de viabilizar outras representações (paisagísticas e territoriais) para além das hegemônicas. Desenvolver representações que, em dialética com a realidade, recoloca sujeitos sociais, formas urbanas e comunidades para fora do filtro de invisibilidade presente em representações oficiais. Essas representações que denunciam e/ou contestam interesses hegemônicos, além de estimular a imaginação sobre outros novos recifes possíveis devem então, ser compreendidas enquanto “expressões criativas do diálogo público de resistência desenvolvido por coletivos e redes horizontais criativas, propagadas através das redes (sociais e virtuais) que criam contraracionalidades e se organizam para desorganizar a ordem vigente” (Barbosa, 2014, p. 204).

<sup>19</sup> Termos considerados a partir da exposição de José Lira na mesa redonda “Cultura, identidades e conservação: espaço público, sociabilidades e patrimônio cultural”. In: XV ENANPUR, Recife, 20 a 24 de maio de 2013.

<sup>20</sup> Agradecemos as valiosas observações expostas pelos grafiteiros/pichadores Boony, Luther e Azul de Barros sobre esta expressão cultural quando da participação destes no debate promovido pelo Cineclub LECgeo do filme “Pixo” (João Wainer e Roberto T. Oliveira, 2010, 61’), no CFCH-UFPE, em 10 setembro de 2013.

Igualmente, tais questões parecem nos direcionar até a necessidade urgente de retomar a cidade (enquanto conceito e espaço de vida) como uma construção coletiva da sociedade, reafirmando a sua função social, melhorando a qualidade das relações sociais e da cidade com o seu sítio, bem como fortalecendo os valores sociais que norteiam as ações individuais e o planejamento da cidade. Da mesma forma, apontam para a necessidade de acabar com a dinâmica de um processo de construção da cidade a partir da eleição de quais os “vazios” especulativos serão o próximo a ocupar a partir de um projeto de cidade fundamentado na simples ideia do desenvolvimento econômico como um fim em si.

Pensamos então deixar claro que o primeiro grande papel a se exercer de contestação à ordem instituída corresponde a reforçar e amplificar formas de contestação da ideia difundida por esta gestão empresarialista da cidade de que o direito à cidade se faria presente a partir do acesso da população aos objetos, empreendimentos e símbolos do progresso apontados em projetos que propõem “novos recifes” que só revelam velhas dinâmicas de comercialização dos espaços da cidade e negação do uso das classes menos favorecidas deste. Há que se reforçar que o direito à cidade advém de uma maior participação de todas as classes sociais das dinâmicas, processos e escolhas de ações e planejamento da cidade.

Há ainda que considerar a necessidade de repensar a construção da cidade segundo formas de intervenção pensadas para o médio e longo prazo, cabendo ao Estado o importante papel de regular a forma como a cidade é construída, evitando assim que interesses particulares se sobreponham ao bem-estar comum. Neste sentido, deve-se reconhecer que assegurar o direito a cidade a todos perpassa a ampliação da consciência da diversidade (de referentes ideológicos, de ocupações habitacionais, de identidades, de práticas urbanas) nas ações de intervenção urbana.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, David Tavares. **Novos Recifes, Velhos Negócios**. Política da paisagem no processo contemporâneo de transformações da bacia do Pina – Recife/PE: Uma análise do Projeto Novo Recife. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

\_\_\_\_\_. QUEIROZ, Pietro Renato Felix de. Um Novo Recife em Cena: Paisagem, política e direito à cidade no cine-ativismo pernambucano. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Rio de Janeiro, 2013, 22p.

\_\_\_\_\_. SILVA FILHO, Herivelto Correia da. Memória, Geografia e Disputas Urbanas: Algumas considerações a partir da cidade do Recife/PE. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, São Luís, 2016, 11p. Disponível em: <[http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468271540\\_ARQUIVO\\_Trabalho-Completo-ENG2016.pdf](http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468271540_ARQUIVO_Trabalho-Completo-ENG2016.pdf)>. Acesso em 30 nov. 2016.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; BRAGA, Gabriel. Patrimônio Insurgente: Estetização E Resistência Cultural No Brasil Do Início Do Século XXI. In: Congresso Contested Cities. Barcelona, Julho, 2016. Disponível em: <<http://contested-cities.net/working-papers/wp-content/uploads/sites/8/2016/07/WPCC-165549-BarciBraga-PatrimoniInsurgente.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2016.

GOMES, Paulo César da Costa. Ciudadanos de fiesta: los espacios públicos entre la razón y la emoción. In: ZUSMAN, Perla; HAESBAERT, Rogério; CASTRO, Hortensia; ADAMO, Susana (Coord.). **Geografías Culturales: Aproximaciones, intersecciones y desafíos**. 1ª ed. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2011, p. 155-173.

LACERDA, Norma. "Mundos" Distintos: Conflitos pela apropriação do litoral nordestino do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol. 12, n. 02, Novembro de 2010. 2010, p. 39-52. Disponível em: < <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/252>>. Acesso em: 24 out. 2012.

LAPA, Tomás de Albuquerque. **Grandes cidades constroem-se com edifícios grandes?** Recife: EdUFPE, 2011.

LOPES, Henrik Carpanedo. Patrimônio Insurgente E Cidadão: Uma abordagem sobre a Casa Amarela da Vila Romana e a Jornada do Patrimônio de São Paulo. In: 4º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural e Patrimônio. Belo Horizonte, 2016. Maciel, 2009

MONDARDO, Marcos Leandro; GOETTERT, Jones Dari. Territórios simbólicos e de resistência na cidade: grafias da pichação e do grafite. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, 2(2): jul./dez. 2008, p. 293-308. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/1181/893>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

NOVO RECIFE, Consórcio. **Relatório de empreendimento de impacto:** Empreendimento Novo Recife. Recife: setembro/2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Semântica Urbana e Segregação: Disputa simbólica e embates políticos na cidade "empresarialista". In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A Cidade Contemporânea: Segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 127-146.